

## A Construção da União Europeia: Um Olhar Sobre a Dimensão Social do Projeto

José Ampagatubó\*

### *Resumo*

O Tratado de Roma de 1957 priorizou o setor económico em detrimento do social. Em consequência, cada Estado-membro manteve o seu modelo de assistência social e, deste modo, a diversidade de Estados-providência.

Mais tarde, o princípio da subsidiariedade legitimou-os no contexto do processo da construção da Comunidade Económica/União Europeia e, por conseguinte, a coexistência dos mesmos, particularmente dos que mais se destacaram nessa dinâmica. Citem-se essencialmente os submodelos de assistência social escandinavo, anglo-saxónico, continental e dos países da Europa do sul.

Hoje, graças ao Ato Único Europeu e ao Tratado de Amesterdão de 1997, foi adotada por todos os Estados-membros a Carta dos Direitos Sociais Fundamentais no Conselho de Estrasburgo de 1989, assim como valorizada a dimensão social e o incentivo à negociação coletiva entre parceiros, respetivamente.

Assim sendo, e na sequência do exposto anteriormente, constata-se, nessa nova Europa em transformação permanente, a emergência de um novo modelo de Estado-providência, centrado essencialmente na compilação, complementaridade e/ou «fusão» do que existe de melhor no conjunto dos quatro submodelos existentes, de acordo com o princípio da unidade a partir da diversidade.

*Palavras-chave:* modelo, social, providência

---

\* Professor do Departamento de Ciência Política, Segurança e Relações Internacionais da ULHT

134     *Abstract*

The Treaty of Rome in 1957 prioritized the economic sector to the detriment of the societal one. As a result, each member state retained its social model and thus the diversity of welfare states.

Later, the principle of subsidiarity legitimized them in the context of the construction of the Economic Community/European Union and therefore the coexistence of them, particularly those who stood out in this dynamic. They include essentially the Scandinavian, Anglo-Saxon, continental and southern Europe countries welfare submodels.

Today, thanks to the Single European Act and the Treaty of Amsterdam of 1997 all European member states adopted the Charter of Fundamental Social Rights in Strasbourg Council of 1989, as well as valued the social dimension and the encouragement of collective bargaining between partners, respectively.

Thus, it appears, in this new permanent transformation in Europe, the emergence of a new model of welfare state, centered mainly in the compilation, complementarity and/or «fusion» of what is best in all the four submodels, in accordance with the principle of unity from diversity.

*Keywords:* model, social, welfare

Na segunda metade do século XIX, mas principalmente na vigência da vigésima centúria, as organizações não-governamentais começaram a consciencializar-se sobre os problemas sociais no continente europeu (Burns, 1995; Blaug, 1989).

A justificação tem a ver, fundamentalmente, com as convoluções sociais que ocorreram durante aquele período, no contexto do processo da industrialização da economia inglesa e da Europa em geral (Dobb, 1977; Blaug, 1989).

Refere-se, fundamentalmente, a emergência do capitalismo em Inglaterra, fenómeno que vai «revolucionar» e, simultaneamente, reestruturar a forma de produção feudal e toda a organização social, económica e política a ela associada, e a consequente divisão da sociedade em classes, nomeadamente entre proprietários e não proprietários, a par do êxodo rural, do enfraquecimento de todos os laços familiares então existentes, assim como da valorização do capital (Hobsbawm, 2003; Blaug, 1989).

Nesta perspetiva, e de acordo com o acima exposto, tanto as estruturas da produção como o próprio capital tornaram-se «sinónimos» e/ou símbolos do poder neste período, com consequente privação dos direitos dos trabalhadores, a separação entre trabalho e capital, assim como o aumento do desemprego (Dobb, 1977; Burns, 1995).

Foi precisamente no contexto destas mudanças socioeconómicas e políticas na Inglaterra e na Europa em geral, que Karl Marx se baseou para criticar o sistema capitalista em consolidação no continente europeu (Dobb, 1977; Sweezy, 1976). O mesmo se pode dizer em relação ao papel da Igreja Católica em relação aos desprotegidos daquele tempo, ao criar instituições de solidariedade social e, dessa forma, diminuindo a miséria e a pobreza das populações e dos trabalhadores em particular (Taylor, 1990).

De facto, apesar de a Inglaterra ter recorrido à estratégia de «exportar» toda a população «indesejável» naquele país para outros destinos, nomeadamente a Austrália, os Estados Unidos, o Canadá e as suas ex-colónias em África, já nessa altura se discutia também a legislação protetora dos pobres, assim como o encorajamento das famílias numerosas, com a garantia de assistência do Estado (Murteira, 1983; Taylor, 1990). Foi o caso da doutrina de Goodwin (Murteira, 1983; Taylor, 1990), que nessa altura reclamava a abolição da propriedade privada como forma de diminuir o fosso social entre proprietários e não

proprietários e, dessa forma, de aumentar o bem-estar social para todos os ingleses e europeus em geral.

Trata-se da emergência do espírito da solidariedade a favor dos mais pobres em Inglaterra e na Europa em geral e, como consequência desse facto, de uma luta permanente contra qualquer discriminação social e exploração do ser humano.

A esta «guerra» contra a miséria e a desigualdade social em Inglaterra e na Europa, travada pela ação assistencial da Igreja Católica, associa-se também o mutualismo francês e o associativismo sindical inglês, possibilitando o início da implementação da política da consciencialização dos poderes governamentais de então para a necessidade de se enveredar e investir na previdência social, baseada na justiça e na política de inclusão de todos os estratos e segmentos menos favorecidos das sociedades europeias (Burns, 1995).

Assim sendo, e de acordo com o acima exposto, as políticas sociais em referência só começaram a ganhar uma nova dinâmica e um novo impulso na Europa depois dos dois conflitos mundiais ocorridos no século passado (uma guerra praticamente intraeuropeia), sobretudo na última, no quadro da implementação da política do Estado-providência nos países da Europa ocidental, mas principalmente em Inglaterra (Burns, 1995).

Tratava-se de tentativas de criar e simultaneamente de consolidar o sistema da segurança social generalizado no continente europeu e, desse modo, evitar as catástrofes sociais, assim como o surgimento de qualquer tipo de revolução social que pudesse perigar a afirmação do sistema capitalista na Europa, tal como defendera Karl Marx (Gramsci, 1966).

O mesmo se pode dizer em relação à política de mobilidade social implementada naquele continente, sobretudo a partir do século passado, que desfez a bipolarização das sociedades em duas classes na Europa (pobres e ricos) em vigor até aos inícios do século XX.

É um facto que a Europa no seu todo sempre foi – e continua ser – plural, particularmente a sua parte ocidental, berço-fundador da Comunidade Económica/União Europeia (CE/EU): a Europa ocidental teve a sua história e a Leste também outra. Assim foi considerada por muitos historiadores e cientistas sociais (Russ, 2001).

Essa pluralidade e diferenciação no seio dos países que constituem a atual União Europeia condicionou a criação de um sistema social europeu reconhecido por todos, no contexto do projeto Comunidade

Económica/União Europeia; pois cada Estado-membro tinha e continua a ter as suas próprias políticas da assistência e da segurança social.

Anthony Giddens (2007: 12) comunga desta perspetiva quando refere que «tem estado a decorrer um contínuo e rigoroso debate sobre se o modelo social europeu confere vantagens competitivas ou se, pelo contrário, não passa de um *handicap* económico. Há de fato muitos modelos sociais europeus, e alguns são mais eficazes que outros. Os exemplos mostram que os países que conseguiram efetuar reformas tiveram sucesso no mercado global têm conseguido altos níveis de justiça social». Mais: sabe-se que o social, normalmente, não dá lucros a curto prazo e, como tal, não corresponde à lógica nem das empresas, baseada na maximização dos seus proveitos (lucros), nem, em consequência, do próprio sistema capitalista.

Assim sendo, e na sequência do exposto, aquando da criação do projeto da Comunidade Económica/União Europeia, o problema da assistência e da segurança social, as preocupações com as condições de higiene nos locais de trabalho, assim como a defesa da existência dos representantes ou delegados dos trabalhadores nas empresas etc., foram assuntos secundarizados e, por conseguinte, cada Estado-membro, considerado individualmente, continuou com essa responsabilidade social.

Com efeito, estas práticas relativas a proteção social, embora continuem a prevalecer em todos os Estados-membros, demonstram hoje alguns sinais de profunda crise dada a atualidade conjuntural, sinais esses resultantes, essencialmente, da emergência de um mundo pós-«Guerra Fria», isto é, da era da globalização.

Esta crise, assim como o problema da assistência social, particularmente as divergências ideológicas no seio dos Estados-membros, têm condicionado a adoção de determinadas práticas conducentes à implementação – efetiva – de um modelo social europeu que favoreça a política do bem-estar de todos os cidadãos e a população civil em particular, no contexto do processo da construção de uma nova Europa pós-«Guerra Fria».

Na verdade, por razões que têm a ver com a promoção do setor económico aquando da criação da Comunidade Económica/União Europeia, as preocupações relativas aos problemas sociais, assim como ao Estado-providência, foram relegadas para o segundo plano em nome da prosperidade daquele setor.

As consequências do que acima é exposto traduziram-se nas dificuldades de afirmação do modelo do Estado-providência europeu, reconhecido por todos os Estados-membros, principalmente por aqueles que dão menor importância ao social no contexto do processo global da construção da nova Europa.

Jacques Delors (2004: 293) partilha desta perspetiva ao defender que, «ao fim de mais de trinta anos, o tema da dimensão social é um dos mais abordados, tanto nas discussões políticas sobre a Europa como nos projetos apresentados. Mas a necessidade de inserir essa dimensão na construção europeia, bem como nos respetivos limites, resultantes das condicionantes históricas que acompanharam o Tratado de Roma, tem também de ser analisada face ao interesse de cada país em controlar diretamente as suas políticas sociais». A este mesmo respeito, o mesmo Delors (2004: 293) acrescentava que, «nessa época, a principal ambição dos seis países fundadores era a construção de um espaço de paz e de prosperidade, assente na cooperação política e económica. A legislação europeia ordenava-se então em torno de um objetivo: o mercado comum».

Os únicos sinais encorajadores a favor de uma mudança de mentalidade no contexto do projeto da Comunidade Económica/União Europeia em prol da promoção do setor social apareceram com a chamada de atenção de Willy Brandt para a necessidade dos Estados-membros se consciencializarem da importância da adoção de uma política comum na área social, para o bem-estar de todos os cidadãos daqueles países (Landuyt, 2002a). A este propósito, Ariane Landuyt (2002a: 14) destaca que, «en effet, les Traités de Rome de 1957 qui établissaient le Marché commun ne prévoyaient aucune indication au sujet de la dimension sociale. C'est seulement lors du Sommet de La Haye en 1969 que la Communauté européenne commence à prendre conscience de la nécessité d'une politique sociale européenne. C'est un personnage comme le Chancelier allemand Willy Brandt qui, à cette occasion, souligne avec vigueur la nécessité d'une vraie politique sociale de la Communauté».

Trata-se de uma atitude do pragmatismo político que tinha – e tem – como objetivo fundamental fazer com que todos os Estados-membros de então assumissem coletivamente o compromisso de valorizar o setor social e, em consequência, de proteger os trabalhadores europeus no contexto da Comunidade Económica/União Europeia.

Essa chamada de atenção por parte Willy Brandt, nos finais da década de 60 do século XX, prende-se fundamentalmente com a dinâmica então em voga na Europa, impulsionada, particularmente, pelas organizações sindicais; dinâmica essa que favoreceu as suas propostas de harmonização da legislação nesse setor e, nessa medida, possibilitando e facilitando a circulação e/ou mobilidade dos trabalhadores europeus dentro deste espaço em construção permanente.

Foi graças a este período favorável à atividade sindical na Europa e à atitude de Willy Brandt que, com o passar do tempo, foram reunidas as condições materiais e psicológicas para que, desta forma, se desse um passo em frente em matéria da política social, com a criação do Fundo Social Europeu, particularmente aquando da aprovação do Ato Único pelo conjunto dos Estados-membros (Landuyt, 2002a).

A este propósito, Jacques Delors (2004: 294-295) refere que «sim, um fundo social e mais tarde, em 1975, um fundo regional. O seu impacto, embora com algum significado, foi muito limitado enquanto não surgiram o Ato Único e o Pacote Delors I que introduziram um novo conceito central: a coesão económica e social (...). Só com o aparecimento do Ato Único, foi possível abrir caminho à elaboração de uma legislação europeia em matéria de higiene, saúde e segurança laboral, legislação essa que reconheceu o diálogo social como via privilegiada para a construção da Europa, e graças à qual as políticas de coesão económica e social beneficiaram de recursos financeiros suficientes para alcançar resultados positivos».

A pressão dos sindicatos em referência resumia-se, essencialmente, à resolução do problema do desemprego na Europa que, nos anos 70, ameaçava uma boa parte dos trabalhadores europeus e, em consequência deste facto, o mal-estar de todos os cidadãos do continente, em particular os dos Estados-membros da então Comunidade Económica Europeia (Delors, 2004).

Todavia, apesar da referida pressão sindical, a adoção de um modelo social europeu no contexto do espaço Comunidade Económica/ União Europeia continuou a ter dificuldades de afirmação perante as prioridades económicas que o projeto de transformação e construção da nova Europa dava e continua a atribuir a este setor. De facto, os Estados-membros, na sua totalidade, continuam a remeter todas as responsabilidades sociais para o interior de cada um deles, com a justificação de que são diferentes uns dos outros e que, como tal, cada um

sabe atuar melhor neste setor de acordo com o princípio da subsidiariedade. A este respeito, importa frisar que o princípio da subsidiariedade defende a ideia da não transferência das atividades que cada Estado-membro pode realizar, individualmente, para o interior da União Europeia, contribuindo desta forma para a confirmação e a justificação da centralização das atividades da assistência social no contexto de cada Estado-membro (Delors, 2004).

Porém, apesar dos condicionalismos acima mencionados, a ideia sobre o modelo social europeu foi progressivamente ganhando força, de acordo com a conjuntura interna da Comunidade Económica/União Europeia, no quadro da política de criar *step-by-step* as bases sólidas e seguras para a consolidação do processo de transformação e de construção da Europa pós-Segunda Guerra Mundial.

Foi o que aconteceu no último quartel do século XX, mais precisamente a partir de 1987, quando este problema ganhou outro impulso com a entrada em vigor do Ato Único Europeu, o qual veio facilitar a eliminação de alguns dos obstáculos que impediam que os Estados-membros resolvessem os problemas sociais, tais como os da redução do horário do trabalho para 35 horas semanais, os problemas da emigração nesse espaço, assim como da assistência médica e medicamentosa aos trabalhadores nos respetivos locais do trabalho. A este propósito, Ariane Landuyt (2002a: 18) sustenta que «la préoccupation sociale prend une certaine ampleur au sein de la Communauté européenne depuis les années quatre-vingt dix. La première étape de ce processus a été l'Acte Unique qui est entré en vigueur le 1 juillet 1987 et qui a éliminé certains freins institutionnels et politiques. Par l'Acte unique on rajoutait officiellement aux Traités de nouveaux secteurs d'activité. Entre autres le Fond européen de développement régional qui était jusqu'alors confié aux règlements communautaires, la politique de l'environnement, la politique de la recherche et de la technologie, et enfin, ce qui nous intéresse, la politique sociale».

Na sequência do acima exposto, essa dinâmica foi evoluindo progressivamente a favor dos problemas sociais, particularmente dos trabalhadores europeus no contexto dos Estados-membros, culminando na aprovação em Estrasburgo da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia, em 1989 (Capucha, 2004).

O mesmo se pode dizer em relação ao Tratado de Amesterdão, de 1997, que, ao privilegiar e/ou priorizar a valorização da dimensão



social no âmbito do processo da construção da Comunidade Económica/União Europeia, contribuiu em larga medida para a resolução dos problemas sociais então existentes, nomeadamente no que diz respeito ao desemprego. A este respeito, escreveu Jacques Delors (2004: 297) que, «depois da minha saída da Comissão, a presidência de uma elevada taxa de desemprego levou os Estados-membros a inscreverem no Tratado de Amesterdão, em 1997, um capítulo específico sobre o emprego. Na altura, diversos governos, entre os quais o governo francês, trabalharam nesse sentido. Esse avanço tomou forma durante o processo conhecido como “do Luxemburgo”, graças à ativa presidência do primeiro-ministro Jean-Claude Juncker. Nessa sequência, foram definidas “linhas sobre o emprego” ao nível europeu, que fixaram as orientações a que deviam obedecer os Estados-membros e os procedimentos de avaliação dos respetivos resultados, sempre com a colaboração dos parceiros sociais».

Luís Capucha (2004: 171) partilha desta perspetiva quando defende que «o processo do Luxemburgo, na sequência da relevância que o capítulo emprego ganhou com o Tratado de Amesterdão, deu a essa problemática uma nova visibilidade e uma importância muito reforçada na ação política no seio da União e na implementação de medidas junto dos cidadãos europeus (...). De alguma forma, o processo do Luxemburgo foi um ponto de viragem no contexto europeu de passagem das palavras aos atos na afirmação de uma intervenção coordenada, sistemática e estruturada, colocando decisivamente a questão do emprego como eixo nuclear da estratégia de construção europeia».

Nesta atitude a favor das políticas sociais, destaca-se aqui o papel do próprio Jacques Delors, ex-presidente da Comissão Europeia, ao defender sempre a valorização da dimensão social na expansão e consolidação do mercado único europeu e, conseqüentemente, ao reduzir o desemprego nessa Europa da Comunidade Económica/União Europeia (Capucha, 2004).

Assim sendo, e de acordo com o que acima ficou dito, pode dizer-se que apesar desse avanço considerável a favor do social, constata-se ainda hoje que, em termos globais, a evolução do processo da construção da União Europeia não tem correspondido, cabalmente, às expectativas dos cidadãos europeus no que diz respeito à necessária implementação e dinamização das políticas da assistência social e, por conseguinte, à criação de um Estado-providência aceite por todos.

Com efeito, as políticas em favor do social que ainda se observam nos Estados-membros, no contexto da União Europeia, resultaram maioritariamente das consequências do antigo mundo bipolar (o período da «Guerra Fria») entre o Ocidente e o Leste europeu.

E foi precisamente por este motivo que, quando esta bipolaridade mundial terminou, com a queda do muro de Berlim em 1989, a instituição «supranacional» europeia não estava preparada para reagir, suficientemente, à nova realidade pós-«Guerra Fria», com o consequente avolumar dos problemas da assistência social no seio daquela União, isto é, o adiamento *sine die* da resolução do problema do Estado-providência de acordo com os valores fundamentais da União.

Assim sendo, e na perspetiva de retificar o *statu quo*, a União Europeia precisa de se redefinir nessa nova realidade pós-«Guerra Fria», se quiser ter um modelo social europeu que vá ao encontro das necessidades dos seus cidadãos e da sociedade civil em geral. Na verdade, neste novo mundo pós-«Guerra Fria» e cada vez mais globalizado, associado aos intermináveis processos da integração na União Europeia, os cidadãos dos Estados-membros aparentam estar a perder cada vez mais confiança nas garantias das políticas assistenciais que outrora serviam de fator de coesão social na Europa, particularmente na década de 60 do século passado. Nesse período de elevada prosperidade económica era, por consequência desse facto, evidente uma política de assistência social efetiva, particularmente nos Estados-membros mais avançados em termos de desenvolvimento económico.

Refira-se, neste contexto, Anthony Giddens (2007: 19), que refere que «todos concordam mais ou menos, partidários e opositores em igual medida, que o modelo social europeu se encontra atualmente sob grande pressão, ou até mesmo que está a falhar. O Estado-providência encontra-se sob assalto. Já não oferece a estabilidade e a segurança que parecia oferecer há cerca de trinta anos. Devemos começar, no entanto, por contextualizar esta situação. Alguns falam dos anos 60 e 70 como a “época dourada” do Estado-providência, quando havia um bom desenvolvimento económico, baixo nível de desemprego e proteção para todos – numa altura em que os cidadãos podiam sentir-se muito mais seguros que hoje».

Na verdade, devido à atual recessão económica mundial, com início nos Estados Unidos da América, com maior implicação na «zona euro», as políticas conducentes à solidariedade e à coesão social estão hoje

cada vez mais distantes das expectativas dos europeus, em comparação com o que se registava a este respeito na referida década de 60 do século XX.

Em conformidade, constata-se frequentemente hoje na União Europeia o recrudescimento dos nacionalismos e o reforço da afirmação das identidades nacionais, fenómenos que por vezes acabam por condicionar a dinâmica construtivista no contexto da transformação da nova Europa, pós-«Guerra Fria», como aconteceu com o «não» à Constituição da União nos referendos francês e holandês, respetivamente.

Refira-se que se entende por «modelo social europeu» um sistema de organização social dos Estados-membros centrado, basicamente, na ideia de Estado-providência, visando, por conseguinte, evitar permanentemente as desigualdades económicas nessas sociedades e a exclusão social; em suma, defender os direitos fundamentais do homem de acordo com os valores subjacentes à constituição da União. E atendendo ao contexto do projeto da Comunidade Económica/União Europeia, existem vários modelos de assistência social<sup>1</sup>, pelo que se aconselha a harmonização dos mesmos de acordo com o anteriormente exposto. Nesta conformidade, e perante a mencionada pluralidade de submodelos sociais europeus, defende-se neste artigo a ideia de que, quando se fala dos mesmos, o que simplesmente se pretende enfatizar aqui é a defesa da «fusão» e/ou complementaridade destes submodelos, isto é, aproveitar o que existe de melhor em cada um deles e, uma vez feita essa escolha, adaptá-lo a todos os Estados-membros, respeitando sempre as respetivas singularidades, de acordo com a política da unidade a partir da diversidade.

Trata-se da necessidade dos Estados-membros atuarem em concertação permanente entre si neste domínio, desta forma «limando todas as arestas possíveis» em benefício da coesão social na União Europeia.

Luís Capucha (2004: 168-169) escreve a este respeito que «os diferentes países têm diferentes problemas e diferentes sistemas de emprego, de proteção social, de saúde, de educação, de finanças, etc., também enfrentam problemas comuns. A solução desses problemas pode passar pela convergência de sistemas, mas esta não se pode decretar. Não havia outro caminho senão avançar com os instrumentos que já estavam disponíveis, sem exigir novos fundos nem meios

---

1. Refere-se fundamentalmente a existência dos submodelos escandinavo, anglo-saxónico, continental e dos países do sul (Capucha, 2004).

institucionais adicionais. Apenas se exigia mais coordenação e integração de políticas. O método aberto de coordenação (MAC) forneceu os instrumentos necessários para sustentar esta atitude. O MAC consiste antes do mais na organização de um processo de aprendizagem comum, estimulando a troca de experiências, a transferência de boas práticas e a respetiva adaptação aos contextos nacionais e regionais».

Só assim, e não de outra forma qualquer, se poderá criar um modelo de assistência social que satisfaça os interesses de todos os Estados-membros, procedendo-se à consequente institucionalização do Estado-providência ao serviço dos cidadãos deste espaço político, dedicando particular atenção aos mais desfavorecidos, nomeadamente os trabalhadores e os pobres.

De facto, a União Europeia precisa de fazer um profundo esforço – «sacrificar-se» – no sentido da implementação de uma política que promova um modelo social de dimensão e/ou cariz estritamente europeu, ou seja, uma política de proteção social de qualidade.

Luís Capucha (2004: 169) abraça esta opinião quando defende que «o MAC tem uma dimensão europeia, resultante da definição de diretrizes europeias e promove a gestão para objetivos comuns, apelando à adaptação das políticas nacionais e regionais àquelas diretrizes. Promove a convergência em termos de interesses comuns e prioridades acordadas livremente, respeitando porém a diversidade nacional (...). Permite igualmente o estabelecimento de objetivos e metas europeus e nacionais, suportadas por um conjunto de indicadores de acompanhamentos (...). Permite ainda a participação de diferentes atores e intervenientes, do governo, dos governos locais, dos parceiros sociais e da sociedade civil aos diversos níveis».

Trata-se da implementação da política e do espírito da partilha de um modelo de assistência social comum entre os Estados-membros e, nessa medida, de contribuir para a promoção do diálogo no contexto desta União supranacional, visando o bem-estar de todos.

Nesta perspetiva, o papel das associações sindicais europeias será fundamental nessa dinâmica, pela constante sensibilização dos poderes instalados no seio da União Europeia a favor da promoção da convergência de interesses comuns dos Estados-membros e dos direitos dos seus cidadãos, particularmente dos trabalhadores. Quer isto dizer que é necessário e fundamental que haja, permanentemente, diálogo entre os parceiros sociais (o patronato e as organizações sindicais) nesse

espaço europeu, para dessa forma agilizar todos os processos conducentes à plena cidadania dos cidadãos europeus, gerar maior coesão social e, por conseguinte, promover políticas de Estado-providência, de justiça social e de uma integração social de qualidade.

Em conclusão, a União Europeia só tem a ganhar com a adoção de um modelo do Estado-providência dentro dos parâmetros que viemos a defender nestas páginas anteriores, isto é, fazendo seu um conjunto de objetivos comuns para a inclusão social e, nessa medida, implementando uma política da erradicação dos potenciais riscos no setor social, acompanhada de uma verdadeira mudança de estilo de vida, no sentido do bem-estar de todos os cidadãos europeus, muito particularmente no contexto do projeto da Comunidade Económica/União Europeia.

## Bibliografia

- Adda, J. (1997). *A Mundialização da Economia. 1º Génese*. Lisboa: Terramar.
- Blaug, M. (1989). *História do Pensamento Económico*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Burns, E.M. (1995). *História da Civilização Ocidental*. São Paulo: Globo.
- Capucha, L. (2004). "O método aberto de coordenação das políticas sociais da União Europeia: alcance e limites". In: J.M.L. Viegas, A.C. Pinto & S. Faria (orgs.), *Democracia, Novos Desafios e Novos Horizontes*. Oeiras: Celta Editora, pp. 161-185.
- Delors, J. (2004). *Memórias*. Lisboa: Quetzal Editores.
- Dobb, M. (1977). *A Evolução do Capitalismo*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- Giddens, A. (2007). *A Europa na Era Global*. Barcarena: Presença.
- Gramsci, A. (1966). *Concepção Dialética da História*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Hobsbawm, E.J. (2003). *Da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo*. Rio de Janeiro: Forense Universitário.
- Landuyt, A. (2002a). "La dimension sociale dans le processus de construction européenne: bilan et perspectives". In: M.M.T. Ribeiro (coord.), *Olhares Sobre a Europa*. Coimbra: Quarteto, pp. 11-21.
- Landuyt, A. (2002b). "L'Union européenne et le dialogue interculturel". In: M.M.T. Ribeiro (coord.), *Identidade Europeia e Multiculturalismo*. Coimbra: Quarteto, pp. 35-48.
- Murteira, M. (1983). *Lições de Economia Política do Desenvolvimento*. Lisboa: Editorial Presença.

- 146 Russ, J. (2001). *A Aventura do Pensamento Europeu: Uma História das Ideias Ocidentais*. Lisboa: Terramar.
- Sabine, G.H. (1961). *História das Teorias Políticas*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura.
- Sweezy, P.M. (1976). *Teoria do Desenvolvimento Capitalista*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Zahar.
- Taylor, A. (1990). *As Grandes Doutrinas Económicas*. 9ª ed. Mem-Martins: Europa-América.